

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.167 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2000

União gastará mais com servidores em 2001

Projeto de Orçamento enviado ao Congresso não prevê aumento geral para o funcionalismo no próximo ano. Mas a despesa com salários e encargos sociais chegará a R\$ 33,44 bilhões, representando crescimento de 17,78%



Administração federal terá mais despesas com servidores no próximo ano, mas não está previsto aumento geral

Mesmo sem conceder reajuste geral para o funcionalismo público em 2001, o projeto de Orçamento encaminhado pelo Executivo ao Congresso prevê aumento das despesas com salários e encargos sociais no próximo ano. A União gastará com os servidores R\$



33,44 bilhões em salários e encargos sociais, o que representa um crescimento de 17,78% em relação aos R\$ 28,39 bilhões deste ano.

Dos 956 mil funcionários da União, 207,8 mil trabalham na administração direta e 321,5 mil são militares.

PÁGINA 3

Luiz Otávio deu parecer favorável a pedido da Petrobras



CAE examina autorização para Petrobras alongar dívida

PÁGINA 3

Arruda sugere acréscimo à Lei das Contravenções Penais



Proposta punição aos trotes contra serviços públicos

PÁGINA 4

Porto quer "novo impulso" no setor de habitação



Projeto cria nova fonte de recursos destinados à moradia popular

PÁGINA 4

CAS aprecia incentivo à contratação de deficientes

Projeto do Executivo que estimula a contratação de deficientes deve ser votado em outubro pela Comissão de Assuntos Sociais. Parecer do relator, senador Moreira Mendes, é favorável.

PÁGINA 2

QUANTOS SÃO

Em todo o mundo, existem entre 250 e 300 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência física.

Nos EUA, 17% da população têm alguma forma de deficiência (43 milhões de pessoas).

Apenas 27,6% dos americanos deficientes físicos conseguem trabalho.

Dois terços dos deficientes físicos vivem em condições de pobreza.

A maior parte das deficiências está associada à condição social e é causada por doenças como poliomielite, hanseníase ou pela falta de iodo na dieta alimentar.

Fontes: Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial (Bird)

TELEVISÃO PODERÁ TRANSMITIR AO VIVO REUNIÕES DE ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS

Está pronto para ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto do senador Eduardo Suplicy que obriga a TV Senado a transmitir, ao vivo, reuniões do

Conselho Monetário Nacional e de outros cinco organismos governamentais. O objetivo do senador é aumentar o alcance social do canal de televisão do Senado.

PÁGINA 4

CAS votará incentivo à contratação de deficiente

A proposta, de autoria do Executivo, disciplina a atuação de entidades como intermediadoras entre empresas e portadores de deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar em outubro projeto do Executivo referente à inserção das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho. A proposta tem parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO) e prevê a contratação, no caso de terceirização de serviços, por meio de entidades beneficentes de assistência social. A intenção do governo, afirma o senador, é disciplinar a atuação das entidades como intermediadoras e administradoras dessa mão-de-obra específica.

No caso da terceirização dos serviços, as empresas interessadas poderão firmar convênio ou contrato com entidades beneficentes. Além disso, empresas e entida-



Moreira Mendes: parecer favorável ao projeto que também prevê a criação de programas de reabilitação

des deverão promover programas de prevenção de doenças profissionais e contra a redução da capaci-

dade laboral, além de programas de reabilitação.

O projeto determina ainda a execução de procedimentos especiais, de acordo com o grau de deficiência do trabalhador, como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário e adequação de ambiente.

Moreira Mendes salienta que o objetivo do Executivo é materializar o direito constitucional que prevê o incentivo ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência. E o faz, sustenta o senador, criando estímulos para as empresas que pretendam contratá-las.

O projeto tramitou em regime de urgência na Câmara dos Deputados e encontra-se na pauta da CAS para votação. Nenhum senador apresentou ainda emendas à proposta.

Alcântara pede urgência na votação de parecer a emendas

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu urgência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que seja colocado em pauta seu parecer às quatro emendas de Plenário apresentadas ao projeto que estabelece normas gerais com a intenção de facilitar a portadores de deficiências ou pessoas com mobilidade reduzida o acesso a logradouros e edifícios de uso público. O parecer de Alcântara é pela rejeição das emendas, todas apresentadas pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

As duas primeiras emendas determinam que sejam afixadas instruções em braile tanto nas entradas das dependências de uso coletivo como nos botões externos e internos dos eleva-

dores, com indicação dos andares. Lúcio Alcântara explica que a proposta já é contemplada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). E a Constituição, afirma, limita a competência da União no estabelecimento de normas gerais em relação ao tema.

Outra emenda de Roberto Saturnino determina que o financiamento para adequação dos imóveis às exigências da lei deve ser feito com recursos do Sistema Financeiro da Habitação. O relator rejeitou a proposta por julgar que o próprio projeto, no capítulo que trata das medidas de fomento à eliminação de barreiras, já contempla a proposta.

Lúcio Alcântara também optou pela rejeição da emenda



Alcântara quer acelerar a decisão da CCJ quanto às emendas a projeto sobre deficientes

que trata de subsídio para obtenção de equipamento, instrumentos e materiais destinados ao uso exclusivo e específico das pessoas portadoras de deficiência. Ele considerou que a Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social já atende ao proposto por Saturnino.

Trabalhador desempregado pode ter auxílio-transporte

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar em outubro substitutivo à proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que prevê a concessão de vale-transporte para desempregados. A proposta permite o benefício em transportes coletivos municipais e intermunicipais aos trabalhadores que estejam recebendo o seguro-desemprego. O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deu parecer favorável à matéria e propôs algumas modificações no projeto original, na forma de substitutivo.

A iniciativa de Cândido pretende alterar o artigo 7º da Constituição, que lista os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, incluindo outros destinados à melhoria da condição social dessas pessoas. Além de assegurar o uso da indenização exclusivamente para bancar compromissos imediatos e o sustento da família, a concessão da gratuidade estimularia o desempregado a procurar nova colocação no mercado de trabalho.

Em seu parecer, Lúcio Alcântara considera a intenção do senador petista "louvável" e a proposta "meritória". Mas adverte que a oferta do passe livre, sem que se defina a fonte de recursos para custeá-lo, pode provocar a elevação das tarifas ou o desequilíbrio financeiro do sistema de transporte público, o que "levaria à deterioração dos serviços oferecidos à população".

Na perspectiva de contornar os problemas apontados, sem, contudo, inviabilizar a concessão do benefício aos trabalhadores, Alcântara sugere transformar o passe livre em auxílio-transporte mensal. Segundo o senador tucano, a alternativa teria a vantagem de conter os impactos negativos da gratuidade sobre o sistema e evitar o repasse do ônus da medida aos demais usuários.

— Da mesma forma que o seguro-desemprego substitui temporariamente o salário, o auxílio-transporte pode ser visto como o vale-transporte do desempregado — afirma Alcântara.



Geraldo Cândido: PEC de sua autoria previa a concessão de vale-transporte gratuito

Financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o auxílio seria repassado por período idêntico ao vigente para o seguro-desemprego, em que o pagamento de três parcelas é concedido para o trabalhador que tinha carteira assinada no período compreendido entre seis e 11 meses. Quem teve carteira assinada de 12 a 24 meses recebe quatro parcelas do benefício. E o portador de carteira assinada por mais de 24 meses recebe cinco parcelas. Ainda segundo o Ministério do Trabalho, o valor pago pelo seguro-desemprego varia de um salário mínimo (R\$ 151) a R\$ 282,52, de acordo com o salário que o trabalhador recebia à época em que estava empregado.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2000

PLENÁRIO	
14h30 — Sessão não deliberativa	
PREVISÃO	
PLENÁRIO	
Quarta-feira	
14h30 — Sessão não deliberativa	
Quinta-feira	
10h — Sessão não deliberativa	
Sexta-feira	
9h — Sessão não deliberativa	
ESPECIAL	
Quarta-feira	
12h — Cultura ao Meio-Dia	
Filme: Ação entre amigos, Beto Brant. Auditório Petrônio Portella	

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Nabor Júnior
 4º Secretário: Casildo Maldaner
 Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
 Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
 Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
 Editor-Chefe: Edson de Almeida
 Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
 Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações



Luiz Otávio deu parecer favorável ao aumento do endividamento da Petrobras em R\$ 3,3 bilhões

CAE analisa novo limite de endividamento da Petrobras

A autorização para o aumento do limite de endividamento da Petrobras em R\$ 3,3 bilhões deve ser votada na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria, que tem parecer favorável do relator, senador Luiz Otávio (sem partido - PA), está sendo examinada pelos membros da comissão, depois de vista coletiva concedida por seu presidente, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O pedido inicial da companhia visava obter um limite de endividamento de R\$ 2,2 bilhões ainda este ano e o restante no ano que vem. Como o tempo tornou-se exíguo, a empresa pediu para que não se vincule valores parciais a um determinado ano. O voto do relator prevê, então, a captação dos recursos, no valor total pleiteado, nos 18 meses seguintes à aprovação da matéria.

Citando dados fornecidos pela Petrobras, Luiz Otávio afirmou que a empresa possui US\$ 5,5 bilhões de créditos de curto prazo, tomados no exterior para financiar suas importações de petróleo e derivados. A companhia petrolífera argumenta que, por ser considerado um volume excessivo para a dívida, sua renovação nem sempre é tranquila, além de acarretar um alto custo. Daí, a necessidade de alongar a dívida.

A empresa quer reduzir sua dívida de curto prazo em US\$ 3 bilhões até 2005, sendo que US\$ 1,8 bilhão serão transformados em dívida de longo prazo e o restante será pago com recursos próprios. Segundo o relator, isto irá adequar o perfil da dívida da Petrobras ao tempo de retorno de seus investimentos. O financiamento será feito através de títulos lançados no mercado internacional, com taxa fixa de juros e vencimento entre cinco e 20 anos.

Servidores não têm aumento, mas gastos com salário sobem

Dados do Orçamento mostram que, para cada R\$ 10,00 de receita da União, despesas com ativos e inativos consomem R\$ 3,80



O funcionalismo público federal não terá aumento geral em 2001, mas o custo dos 956 mil funcionários da ativa, incluindo os militares, continuará subindo. Conforme o projeto do Orçamento de 2001, a União gastará com seus trabalhadores R\$ 33,44 bilhões em salários e encargos sociais, um crescimento de 17,78%, comparando-se aos R\$ 28,39 bilhões deste ano

O aumento do gasto com ativos se deverá basicamente a correções de salários de algumas categorias (R\$ 1,4 bilhão), à nomeação de novos servidores por concurso público (R\$ 615 milhões) e ao crescimento vegetativo da folha salarial, entre outras coisas por mudanças de faixas de salário por tempo de serviço.

O pagamento dos funcionários da ativa consome 21,3% do Orçamento da União, excluídos gastos com a Previdência Social e as transferências constitucionais para estados e municípios. Ao se



Dos 956 mil funcionários da União, 207,8 mil trabalham na administração direta, na qual se incluem os ministérios

computar os inativos neste cálculo, o peso de pessoal e encargos sobe para 38%. Ou seja, de cada R\$10,00 de receitas do governo (exclui Previdência e transferências constitucionais), pessoal ativo e inativo e encargos sociais consomem R\$ 3,80.

Ao analisar o Orçamento enviado pelo Executivo ao Congresso, economistas das consultorias de orçamento e fiscalização da Câmara e do Senado afirmam que, finalmente, os gastos com pessoal da ativa voltaram a crescer em relação ao pagamento de inativos (aposentados e pensionistas). De qualquer forma, “a rela-

ção entre os dois grupos ainda se mostra preocupante”, dizem os analistas do Congresso, uma vez que, para cada R\$ 1,00 a ser gasto com servidores ativos, haverá um desembolso de R\$ 0,78 com inativos.

Dos 956 mil funcionários da União, 207,8 mil trabalham na administração direta, 321,5 mil são militares, 195 mil trabalham em autarquias, 94 mil em fundações (especialmente nas universidades) e 36,7 mil em empresas públicas ou de economia mista. Cerca de 855 mil trabalham para o Executivo (89,5%), 79,6 mil são empregados do Judiciário (8,3%) e 21,3 mil do Legislativo (2,2%).

Ademir defende cooperativas para viabilizar os assentamentos rurais

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a simples distribuição de terras não garante o êxito de um programa de reforma agrária. Segundo ele, é imprescindível que os assentamentos de trabalhadores sejam organizados de forma racional para integrá-los ao processo produtivo, com boas condições de venda da produção e elevação do padrão de vida dos associados. Só assim se garantiria um processo de mobilidade social vertical, disse o senador.

Segundo Ademir, o processo de reforma agrária no Brasil através atualmente uma etapa de improvisação perigosa que não aten-



Ademir: simples distribuição de terras não garante sucesso da reforma agrária

de aos objetivos de mudança racional. Para reverter o quadro, o senador afirma ser necessário adotar o cooperativismo, para dar apoio e desenvolver os projetos de reforma agrária. Ele citou como exemplo a regulamentação do Estatuto da Terra, que criou as Cooperativas Integradas de Reforma Agrária (Ciras).

O senador considera “inquietante” que não se conheça qualquer plano do governo federal para dar forma aos assentamentos ou comunidades de trabalhadores. Segundo ele, esta é a razão pela qual as atuais reivindicações dos chamados sem-terra concentram-se em recursos financeiros, “hoje nem

sempre bem aplicados”.

Ademir lembra que o assentamento é uma forma complexa de organização que só pode prosperar se forem atendidos os requisitos de uma estrutura social e econômica, por menor que seja. Ele diz que, nos assentamentos de responsabilidade individual, a preferência é pelos produtos que compõem a chamada cesta básica, que poderá resolver a situação do grupo familiar, mas não concorre para o desenvolvimento do setor agrícola como um todo.

Ademir Andrade garantiu que a concepção simplista de assentamento levará, fatalmente, à frustração da reforma agrária. “É necessário adotar o cooperativismo, com suas formas históricas, singulares e dinâmicas, vez que trata-se de um modelo integrante da própria realidade da nossa sociedade.”



Objetivo é manter motoristas sempre atentos ao limite de velocidade, diz Marina

Projeto veda sinalização indicativa de pardais

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou projeto que veda a utilização de sinalização indicativa da localização dos instrumentos eletrônicos de medição de velocidade, conhecidos como pardais. A proposta será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se aprovada, irá direto para exame da Câmara, salvo se um décimo dos senadores pedir sua apreciação pelo Plenário.

— Avisar sobre a localização exata do instrumento de fiscalização, ao contrário, induzirá o motorista a reduzir a velocidade apenas no exato local onde se encontram os aparelhos de medição, tornando sem efeito o papel preventivo de acidentes que se pretende dar aos sistemas de fiscalização — argumenta a senadora.

Na justificativa para apresentação do projeto, Marina ressalta a eficiência dos pardais: “A instalação desses aparelhos nas principais vias do Distrito Federal, em novembro de 1996, foi responsável pela redução de 72% em relação ao ano anterior no número de vítimas fatais no trânsito da cidade, o que, em números absolutos, representa mais de 900 vidas poupadas”.

Há, no entanto, quem argumenta que as normas de trânsito exigem que os motoristas sejam mantidos permanentemente informados sobre todos os tipos de equipamentos de fiscalização eletrônica existentes.

Para a senadora, a exigência de não informar os motoristas sobre a fiscalização tem o objetivo de mantê-los constantemente atentos aos limites de velocidade impostos pela segurança e, assim, levá-los a conduzir o veículo com moderação ao longo de todo o percurso.

Suplicy quer transmissão ao vivo de reuniões do CMN

Proposta apresentada pelo senador também prevê que a TV Senado leve ao ar os encontros dos conselhos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do FGTS, de Educação, de Saúde e de Seguridade Social



Para Suplicy, as transmissões permitiriam aos interessados "conhecer o que acontece" nos principais órgãos colegiados do país

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Senador Lúcio Alcântara e o ministro Walter Costa Porto, do TSE, falam sobre o dicionário do voto
7h30 – *Entrevista* – Marcelo Granja, diretor da Divisão de Educação do Trânsito, fala sobre as aulas de trânsito nas escolas
8h – *Especial* – Forte de Recife
8h30 – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Flores brasileiras
9h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
9h30 – *Entrevista* – Paulo César Camarão, secretário de Informática do TSE, fala sobre a informatização das eleições
10h – SBPC – *Limites e Rupturas nas esferas de informação*
11h – *Entrevista Especial* – O médico Ricardo Fenelon fala sobre as novas técnicas nos tratamentos dermatológicos
12h – *Especial* – Forte de Recife
12h30 – *Entrevista* – Marcelo Granja
13h – *Cores do Brasil* – Diamantina
13h30 – *Cidadania* – Senador Lúcio Alcântara e o ministro Walter Costa Porto, do TSE, falam sobre o dicionário do voto
14h30 – Sessão Plenária (vivo)

18h30 – *Entrevista* – Paulo César Camarão
19h – *Cores do Brasil* – Folclore goiano
19h30 – *Cidadania* – Senador Lúcio Alcântara e o ministro Walter Costa Porto, do TSE
20h30 – *Entrevista* – Marcelo Granja
21h – *Especial* – Forte de Recife
21h30 – Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado Federal (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Para aumentar o alcance social da TV Senado, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto de lei que prevê a transmissão, ao vivo, das reuniões do Conselho Monetário Nacional e de outros cinco organismos governamentais pela TV Senado. O projeto está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta prevê ainda que deverão ser transmitidas as reuniões do Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador; do Conselho do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; do Conselho Nacional de Educação; do Conselho Nacional de Saúde; e do Conselho Nacional de Seguridade Social.

No caso de coincidência de horário com as sessões das comissões e do Plenário do Senado Federal, o projeto determina que as reuniões dos conselhos sejam gravadas e transmitidas até 48 horas após sua realização. Estabelece também que caberá ao Executivo providenciar,

nos locais de reunião desses organismos, a infra-estrutura necessária ao bom desempenho das equipes da TV Senado.

Eduardo Suplicy disse que, antes da TV Senado, tudo sobre as atividades da Casa que chegava à sociedade e ao próprio parlamentar, que não podia estar em todos os plenários ao mesmo tempo, tinha sempre a mediação de algum meio de comunicação comercial.

– O resultado disso era uma imagem incompleta, por vezes distorcida, do Congresso Nacional – observou o senador por São Paulo.

Na opinião do parlamentar, o que antes era mediado por alguma equipe de reportagem está sendo mostrado agora em imagem direta e ao vivo. “Por que não estender tais benefícios democratizantes a outros plenários, igualmente importantes, para que todos os interessados possam conhecer o que ali acontece? Por que não mostrar a quem deseja assistir a íntegra das reuniões não-se-

Porto sugere fonte de recursos para construir casas populares

Fortalecer e descentralizar os programas de construção de moradias populares é o objetivo do projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que estabelece a retenção de até 10% do valor dos juros cobrados nas prestações pagas pelos estados à União, referentes aos contratos de renegociação das respectivas dívidas. Esse valor, conforme o projeto, seria obrigatoriamente transferido para os chamados fundos de habitação, administrados pelos governos estaduais.

Para Arlindo Porto, a iniciativa, a ser analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), atende à vontade do próprio Congresso Nacional, que, recentemente, aprovou emenda constitucional incluindo a moradia entre os direitos sociais. O senador entende que a proposta permitirá aos estados melhor condição de negociação do preço final de cada projeto, além da criação de empregos permanentes para o setor da construção civil.

Na opinião de Arlindo Porto, o

governo federal ainda mantém centralizados os poucos recursos destinados à construção de moradias populares, bem como à formulação e ao controle de linhas de financiamento. Isso, a seu ver, vem prejudicando a realização de um amplo programa de habitação proposto, inclusive, como lembrou, pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso quando candidato à presidência da República em 1994.



Porto: retenção de 10% das verbas pagas pelos estados à União

– A centralização torna o caminho da distribuição de recursos e renda muito longo, pois são gerados no município, recolhidos para os cofres centrais e percorrem um difícil caminho de volta, muitas vezes passando por intermediários e deixando com eles boa parte do dinheiro. A retenção de até 10% do valor dos juros cobrados pela União relativos ao refinanciamento das dívidas estaduais seria a saída, portanto, para que a construção de moradias populares ganhasse um novo impulso – concluiu o senador Arlindo Porto.

cretas do governo?”, argumentou.

Para ele, outros organismos governamentais também poderiam ter suas reuniões transmitidas pela TV Senado. Seu projeto, entretanto, por razões de economia e racionalidade, distingue apenas os conselhos cujas reuniões e decisões são da maior importância para todos os segmentos da nação.



Arruda pretende instituir multa contra quem fizer falsa comunicação de ocorrências

Punição a trote por telefone tem parcer favorável do relator

Projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), classificando como contravenção a comunicação falsa de ocorrência, recebeu parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pelo projeto, quem der trotes em autoridades, com falsa comunicação de uma ocorrência, pondo em ação serviços de utilidade ou segurança pública, poderá ser punido com multa. O projeto acrescenta um artigo à Lei das Contravenções Penais.

Arruda diz que tanto o Código Penal quanto a Lei de Contravenções Penais não contemplam tais trotes como crime, apesar de incluírem as hipóteses de comunicação falsa de crime e de omissão de informação de crime. Assim, completa, quem comunica falsamente um incêndio, por exemplo, não comete crime nem contravenção.

– A ativação desmotivada desses serviços causa gastos desnecessários e, mais importante, pode impedir que chamados reais sejam atendidos com a presteza desejável. Falsas informações têm perturbado grandemente o trabalho policial durante investigações de sequestros – disse.

O projeto, afirmou, pretende reduzir o impacto “sobre esses serviços tão necessários”.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7